



(*) Documento assinado eletronicamente por **ALBERT LAGES MENDES** em 21 de Fevereiro de 2025 às 10:31 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** EDT-58ªPJESPSLS-7PD-12025, **Código de validação:** 4176F96643.



58ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 7º Promotor Distrital

EDT-58ªPJESPSLS-7PD - 12025
Código de validação: 4176F96643

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**, pelo titular da 53ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís (7º Promotor de Justiça Distrital da Cidadania - Polo Zona Rural), Dr. Albert Lages Mendes, nos termos das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, pelo presente edital:

CONSIDERANDO a Resolução CNMP nº 82, de 29 de fevereiro de 2012, com as alterações da Resolução CNMP nº 207 de 05 de março de 2020 que dispõem sobre audiências públicas no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados c/c a Resolução 02/2004-CPMP/MPMA;

CONSIDERANDO que o art. 10 da Recomendação nº 54/2017-CNMP prevê que a atuação resolutiva dos membros deve primar pela adaptação e adequação da prestação dos serviços do Ministério Público às realidades locais e às mais relevantes necessidades da sociedade, cuja escuta social será feita através de audiências públicas, reuniões e outros mecanismos de participação e cooperação dos titulares dos direitos, com periodicidade não inferior a 1 (um) ano, para priorização e foco de atuação nesse mesmo período;

CONSIDERANDO que o art. 17, I, da Recomendação de caráter geral nº 02/2018-CNMP/CN estabelece que deverá ser observada, na fiscalização das Promotorias de Justiça, a promoção de medidas de aproximação comunitária para a resolução de problemas de interesse da sociedade, com a realização de audiências públicas e participação efetiva da população para a resolução de conflitos;

CONSIDERANDO que o art. 5º, *caput*, do Ato Regulamentar nº 11/2022 que dispõe sobre o Regimento Interno das Promotorias de Justiça Especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís, estabelece que a atividade extrajurisdicional cível, no plano de atuação da Promotoria Distrital, sem prejuízo do recebimento e registro de notícias de fato por qualquer



(*) Documento assinado eletronicamente por **ALBERT LAGES MENDES** em 21 de Fevereiro de 2025 às 10:31 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** EDT-58ªPJESPSLS-7PD-12025, **Código de Validação:** 4176F96643.



58ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 7º Promotor Distrital

meio possível, iniciar-se-á ordinariamente por escuta social, na forma de audiência pública, para a coleta de notícias de fato de danos emergentes e de políticas públicas deficitárias relativas à área de atuação da unidade, tanto acerca de interesses coletivos *lato sensu* quando de interesses individuais indisponíveis, recaindo essa rotina pelo menos uma vez por ano em 3 (três) bairros do Distrito, de forma a garantir a participação na escuta social do máximo de beneficiários dos bairros adjacentes ao local da escuta, que componham o polo;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar escuta social, por meio de Audiência Pública;

CONSIDERANDO, ainda, que as instituições públicas devem prestar contas de suas atividades à sociedade.

Convoca Audiência Pública a realizar-se no dia 11 de março de 2024, às 09h00, no Unidade de Ensino Básico Salomão Fiquene (Rua Santo Antônio, nº 100, Tibiri), nesta cidade, com o escopo de apresentar o papel institucional da 58ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís (7º Promotor Distrital da Cidadania – Polo Zona Rural), bem como receber demandas da população da zona rural.

A disciplina e a agenda da audiência pública seguirão as seguintes etapas:

A abertura da audiência pública se dará às 09h00 pelo Promotor de Justiça que fará a explicação sucinta aos participantes acerca da natureza dos interesses coletivos *lato sensu* e individuais indisponíveis, cuja defesa esteja inserida nas atribuições da 58ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís (7º Promotor Distrital da Cidadania - Polo Zona Rural).

Em seguida será aberta a palavra para os representantes do Poder Público, associações civis e movimentos sociais convidados, observado o limite de 10 (dez) minutos para cada intervenção.

Ato contínuo, será realizada anotação sucinta de todas as notícias de fato acerca desses interesses (coleta de demandas), e os que, tratando de interesse indisponível, sejam também de



(*) Documento assinado eletronicamente por **ALBERT LAGES MENDES** em **21 de Fevereiro de 2025 às 10:31 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** EDT-58ªPJESPSLS-7PD-12025, **Código de Validação:** 4176F96643.



58ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 7º Promotor Distrital
atribuição do 7º Promotor de Justiça Distrital da Cidadania.

Em seguida, a palavra será assegurada aos cidadãos presentes que se inscreverem no início do evento, pelo prazo de até 3 (três) minutos para cada intervenção.

Ao final, será apresentada em 20 (vinte) minutos uma avaliação geral das contribuições obtidas na audiência pública e os encaminhamentos pertinentes.

Os trabalhos deverão encerrar-se às 12h00.

Divulgue-se o presente edital.

São Luís/MA, data da assinatura eletrônica

assinado eletronicamente em 21/02/2025 às 10:31 h ()*

ALBERT LAGES MENDES
PROMOTOR DE JUSTIÇA



58ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 7º Promotor Distrital

ATA-58ªPJESPSLS-7PD - 72025

Código de validação: 53E691D2D0

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DEVOLUTIVA E DE COLETA DE DEMANDAS DA COMUNIDADE

58ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE SÃO LUÍS (7º PROMOTOR DISTRITAL DA CIDADANIA - POLO ZONA RURAL)

Aos onze do mês de março de dois mil e vinte e cinco, às 09h30min, na UEB Salomã Fiquene, Rua Santo Antônio, 100, Tibiri, nesta Capital, teve início a *Audiência Pública* de coleta de demandas das comunidades do Polo Zona Rural, com a presença do titular desta Promotoria de Justiça, de autoridades convidadas, de lideranças comunitárias e de moradores da região, conforme lista de presença.

A mesa de trabalho foi composta pelo Promotor de Justiça titular da 58ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís (7º Promotor Distrital da Cidadania Polo Zona Rural), Dr. Albert Lages Mendes; pelo Coordenador de Produção Agropecuária da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAPA), Silas Almeida; pelo Sr. Flavio Foguinho, assessor da Subprefeitura da Zona Rural; pelo assessor técnico da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP), Augusto Prazeres; pelo Tenente Manoel, do 21º Batalhão de Polícia Militar (BPM); pelo Sr. Clodoaldo Silva e pela Coordenadora de Área da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), Sra. Fátima Salles.

Ao iniciar os trabalhos, o Promotor de Justiça, Dr. Albert Lages Mendes, expressou agradecimentos pela presença de todos os membros da mesa e ressaltou os pilares do Ministério Público do Estado do Maranhão. Esclareceu que o objetivo principal desta Promotoria Distrital é ouvir a população e fomentar o diálogo e solicitou que os presentes se inscrevessem para a coleta de novas demandas, com o objetivo de buscar soluções junto aos órgãos competentes. Além disso, informou que a audiência seria gravada e que todos os procedimentos necessários seriam instaurados com a finalidade de resolver as questões apresentadas.

Dr. Albert devolveu a palavra ao cerimonial, que deu prosseguimento à coleta das demandas dos moradores, com as manifestações (falas) dos participantes.

Silva Cristina, vice-presidente do Residencial Natureza, solicitou a pavimentação



58ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 7º Promotor Distrital

das ruas e destacou que o carro de coleta de lixo não tem acessado as vias devido à falta de pavimentação. Relatou também que uma empresa tem despejado água no rio da Ribeira, consumida pelos moradores, e que, apesar das denúncias e laudos, não foram tomadas as medidas necessárias para resolver a situação, prejudicando a comunidade.

Arlete Pereira Reis, moradora do Tibiri, relatou a situação precária da UEB Salomão Fiquene, mencionando a presença de morcegos e outros animais perigosos nas instalações da escola, o que compromete o ambiente escolar e a segurança dos alunos.

Flavio Foguinho, em resposta, informou que a reforma da escola já foi licitada e que o processo consta no diário oficial. No entanto, ressaltou que ainda está pendente o planejamento da Secretaria para adequar a reforma às atuais condições da instituição de ensino.

Daciane Lisboa, moradora do Tinaí, relatou que a Travessa 1º de Janeiro, localizada no bairro Tinaí, encontra-se sem pavimentação e sem a infraestrutura necessária.

Fábio de Souza Oliveira, da união de Moradores Recanto Instituto Verde, afirmou que sobre a falta de vaga escolar, na qual os pais não conseguem vagas para seus filhos. Afirmou que no Recanto Verde não tem água, tendo em vista que possui poços artesanais, mas não suprem a demanda.

Carlos Augusto Santos, presidente da União de Moradores do Tinaí, destacou a ausência de paradas de ônibus no bairro, o que tem causado dificuldades para os moradores, principalmente devido às condições climáticas adversas. Relatou, ainda, que o ônibus não tem acesso à estrada principal do Tibiri, o que representa o principal problema da região, considerando que a distância até a estrada é de 6 quilômetros.

Hortência de Fátima, do Instituto Tinaí, mencionou que a estrada do Tinaí não foi concluída. Em relação às paradas de ônibus, informou que foi comunicado que está pendente a licitação para a implementação das mesmas.

Roselene Costa, professora da Rede Municipal de São Luís, destacou a falta de monitores nas escolas, mencionando especificamente a UEB Mindinho, onde o turno vespertino está sem monitores. Também relatou que a escola Mary Serrão Ewerton está enfrentando a mesma situação. Em relação à UEB Salomão Fiquene, mencionou que a escola necessita de



58ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 7º Promotor Distrital

reforma e ampliação, uma vez que, desde 2022, a instituição enfrenta problemas de salas de aula lotadas, com alunos com necessidades especiais, sem o devido suporte de auxiliares ou monitores. A Escola Antoninho Baldes, localizada no Igarauá, possui apenas duas salas de aula e não comporta o número de alunos. A UEB Manuela Valera, no Cajueiro, está pronta para ser inaugurada, mas conforme aduz a noticiante, as aulas presenciais ainda não foram iniciadas.

João Gonçalves, presidente da União de Moradores do São Bruno, reivindicou melhorias no acesso ao bairro do São Bruno, que vai do retorno do Maracanã até o Tinaí. Destacou a falta de transporte coletivo, que só circula aos domingos, e relatou que o ônibus escolar não está acessando o bairro devido à situação da estrada do Tinaí. Além disso, mencionou a ausência de iluminação pública adequada, uma vez que o bairro não conta com a rede de baixa tensão, responsabilidade da Equatorial.

Silas Almeida, coordenador de Produção Agropecuária da SEMAPA, explicou que o poço agrícola ainda não foi ativado, pois está vinculado a um projeto com a associação de agricultores, o que justifica o atraso na sua operação.

Odelina Ferraz, presidente da União de Moradores do São Bruno, questionou sobre os trâmites relativos ao retorno do Maracanã e relatou a situação da Rua Menino Jesus, no Maracanã, que não possui pavimentação e necessita de infraestrutura. Informou que ambulâncias têm dificuldades para acessar a rua devido à falta de pavimentação. Defendeu também a necessidade de um CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) na área da Zona Rural. Além disso, mencionou a falta de monitores nos ônibus escolares que atendem a Unidade de Ensino Básico Mindinho, entre outras instituições de ensino.

Em Seguida, a senhora *Odelina* solicitou a instalação de sinalização adequada na avenida principal do Maracanã, devido ao elevado número de acidentes na região. Relatou ainda que a escola Augusto Mochel está em reforma, mas destacou que os pais não têm condições de manter os alunos nas aulas online, devido à falta de recursos. Por fim, informou ainda sobre a carência de pediatras e geriatras na unidade de saúde do bairro, além da necessidade de assistência social e psicólogos nas escolas da Zona Rural.

Maria Arizete dos Santos, professora e presidente da Associação do Maracujá, destacou que as ruas do bairro necessitam de pavimentação e mencionou a precariedade dos



58ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 7º Promotor Distrital
ônibus, que frequentemente quebram. Também ressaltou a necessidade urgente de intervenções no retorno do Maracanã devido ao grande número de acidentes registrados na área.

Luiz Henrique, presidente da Federação das Entidades Rurais, solicitou uma audiência pública na zona rural 1, devido à necessidade urgente de ouvir a população das comunidades locais. Enfatizou a carência de abrigos na Zona Rural de forma geral, pois os moradores enfrentam frequentemente adversidades climáticas. Relatou, ainda, a situação precária do posto de saúde no Coquilho, que não consegue realizar procedimentos básicos, como teste de glicemia.

Rosana Mesquita, conselheira tutelar da Zona Rural, afirmou que a estrada do Porto Grande está intrafegável e que os transportes públicos não estão circulando pela localidade, devido à retirada dos serviços pela empresa de transporte. Relatou, ainda, a situação das vagas nas escolas, mencionando que ainda há crianças fora da escola e que adolescentes das comunidades de Porto Grande, Camboa dos Frades, Vila Conceição, que tiveram que se deslocar para instituições de ensino mais distantes.

Francivânia Gonçalves, moradora da comunidade de Taín, falou sobre a precariedade do transporte público coletivo no bairro de Taín e a condição precária da estrada do Porto Grande, que prejudica o acesso da população.

João Francisco Silva, presidente da Associação Agrícola da Ribeira, destacou a necessidade de instalar postos policiais em alguns locais da Zona Rural. Também solicitou atenção urgente para a educação, especialmente no que se refere à necessidade de transporte escolar e abrigos para a população local

Rosilene Ferreira, presidente da União de Moradores do Residencial Amendoeiras, iniciou sua fala expressando agradecimento pelas melhorias já implementadas no bairro. Destacou os avanços significativos e os retornos alcançados no Residencial Amendoeiras, enfatizando a importância dessas conquistas para a comunidade.

No entanto, ela mencionou que ainda existem pontos que precisam de melhorias, a exemplo do transporte público que tem como ponto final o Residencial Santo Antônio, e, ao chegar ao Residencial Amendoeiras, os moradores não conseguem mais acessar o transporte, uma vez que os ônibus já se encontram superlotados. Ressaltou, ainda, a necessidade urgente de instalar Eco Ponto para os três residenciais, a fim de melhorar a gestão de resíduos e promover a



58ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 7º Promotor Distrital
sustentabilidade na região.

Ela também mencionou a obstrução das galerias que, durante o período chuvoso agravam a situação, pois as galerias estão sem tampas, oferecendo risco de doenças. Relatou ainda a situação da Clínica da Família da Morada do Sol, onde o atendimento tem sido moroso, sem a presença de especialidades essenciais, como pediatras e ginecologistas, solicitando uma fiscalização para garantir a atenção adequada na marcação de consultas.

Em resposta, a enfermeira *Fátima Salles* informou que a Clínica da Família é muito procurada, e que a demanda da comunidade é grande. Explicou que há um projeto em andamento para aumentar o número de atendimentos diários, com o objetivo de melhorar o atendimento à população.

Ariadna, presidente da comunidade do Residencial Natureza, relatou a urgente necessidade de pavimentação na área. Informou que a coleta de lixo não está mais sendo realizada devido à falta de trafegabilidade das vias, o que tem gerado sérios problemas para os moradores. Destacou também que não existem paradas de ônibus no Residencial Natureza, o que tem causado dificuldades, especialmente em relação às condições climáticas adversas. Em relação ao transporte escolar, mencionou que os ônibus não acessam o bairro, forçando as crianças a caminharem longas distâncias, o que coloca sua segurança em risco.

Vanusa Pereira Lima, presidente da União de Moradores do Residencial 2000, relatou a situação da reforma da escola Silva Estela, destacando que existem crianças sendo transferidas para escolas distantes, sem transporte escolar, e que as novas instituições não têm capacidade para atender todos os alunos. Além disso, sugeriu a criação de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) dentro do Residencial 2000, já que a UBS mais próxima está a uma distância considerável e sofre com superlotação, o que compromete o atendimento adequado à população.

Também ressaltou a necessidade urgente de serviços de tapa-buracos no Residencial 2000, pois as ruas alagam facilmente durante as chuvas. Em relação ao Residencial São Bruno, informou que está sendo construída uma penitenciária na área, gerando preocupação nas comunidades locais, uma vez que não houve nenhum tipo de aproximação para esclarecer como o projeto afetará a região.

Augusto Prazeres, representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP), informou que a secretaria está à disposição da comunidade, mas destacou que os recursos disponíveis são limitados. Em relação à estrada do Porto Grande, explicou que a



58ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 7º Promotor Distrital

obra é de grande porte e, por isso, levará mais tempo para ser concluída. Contudo, inicialmente será realizado um paliativo para minimizar os impactos, até que a obra principal possa ser executada.

O Promotor de Justiça, *Dr. Albert Lages Mendes*, abordou a questão do poço de São Bruno, esclarecendo que ele poderá ser utilizado exclusivamente para fins agrícolas, tendo em vista que foi instalado pela SEMAPA. Quanto ao retorno do Maracanã, afirmou que houve uma reunião com o DNIT, e a obra está em processo de licitação. Sobre a estrada do Porto Grande, informou que a obra foi orçada e que já realizou uma reunião com a Secretaria de Obras. Ressaltou que a obra necessita de drenagem, um trabalho que não pode ser realizado durante o período de chuvas. Apesar disso, afirmou que estão sendo feitos esforços para executar um paliativo até que seja possível iniciar a obra completa de drenagem.

O coronel *Clodoaldo Gonçalves Silva*, tenente-coronel do 21º Batalhão, destacou a importância de estreitar a aproximação da Polícia Militar com a comunidade. Informou que, com a implantação e descentralização dos postos, foi estabelecido um batalhão na Zona Rural. Ao final, deixou para a comunidade o contato telefônico para facilitar a comunicação com a Polícia Militar.

O representante da Subprefeitura, *Flávio Foguinho*, expressou seu agradecimento pelo convite e afirmou que fez anotações das demandas apresentadas. Comprometeu-se a dar continuidade aos serviços e tomar as providências necessárias para priorizar as ações. Além disso, garantiu que a entrega da UEB Salomão Fiquene será realizada o quanto antes e destacou que a Subprefeitura está de portas abertas para receber a comunidade.

O Promotor de Justiça, *Dr. Albert Lages Mendes*, agradeceu à senhora Regina Lúcia de Oliveira dos Santos, que cedeu o espaço para a realização da audiência pública. Ao final da coleta das demandas da população, *Dr. Albert* enfatizou que o fortalecimento da cidadania é alcançado por meio da educação, do combate à desigualdade social e da participação ativa da população. Por fim, declarou encerrada a audiência pública às 13:30h.



(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **09 de Abril de 2025 às 12:01 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento:** ATA-58ªPJESPSLS-7PD-72025, **Código de Validação:** 53E691D2D0.



58ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís - 7º Promotor Distrital

Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, *Isabela Sasha Carvalho Sousa*, Assessora de Promotor de Justiça, que a digitei, e pelo *Promotor de Justiça Albert Lages Mendes*, titular da 7ª Promotoria Distrital da Cidadania - Polo Zona Rural.

assinado eletronicamente em 09/04/2025 às 12:01 h ()*

ALBERT LAGES MENDES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

assinado eletronicamente em 09/04/2025 às 12:00 h ()*

ISABELA SASHA CARVALHO SOUSA
ASSESSORA DE PROMOTOR DE JUSTIÇA

58ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS – (7º Promotor Distrital)

LISTA DE FREQUÊNCIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA – COLETA DE DEMANDAS

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO	BAIRRO	TELEFONE/E-MAIL
01	BRUNA VALÉRIA	MONADORA DO BAIRRO	Tibiri	(98) 98713-8225
02 ★	SILVIA CRISTINA LIRA	ASSOCIAÇÃO DE MONADORES	RESIDENCIAL NATUREZA	
03	MARIA CLARA ARAÚJO	ESTUDANTE	RESIDENCIAL NATUREZA COM	(98) 99214-7841
04	ROSANA PEREIRA REIS	MONADORA	Tibiri	(98) 98430-2061
05	AMÉLIA ANANHA	AMG COMUNICAÇÃO		(98) 98115-3013
06 ★	DARCYANE LISBOA	MONADORA	Tibiri	(98) 98481-0642
07	ILMÃO DIJE	SUBPREFEITURA		(98) 98409-0261

58ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS – (7º Promotor Distrital)

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO	BAIRRO	TELEFONE/E-MAIL
08	ADRIANA MENDONÇA	MORADORA	Tiguri	(98) 99908-2757
09 ★	ROSELENE COSTA	SINDECATO - SINDICATO DOS PROFESSORES DE S/E		(98) 98321-7741
10 ★	JOÃO GONÇALVES	MORADOR	COMUNIDADE SÃO BROWN	(98) 98437-0496
11 ★	ODELINA FERRAZ	UNIÃO DE MORADORES	MANACANA	
12	MARIA RUTE	SEMUS		(98) 99204-7011
13 ★	FRANCIVÂNIA GONÇALVES	MORADORA	TAIM	(98) 98536-6836
14 ★	FRANCISCO SILVA	Presid. da Associação Agrícola GISELE	Ribeira	(98) 99135-1333
15 ★	RAIMUNDA OLIVEIRA	VEREADORA - COLETIVO NÓS		(98) 98495-6640
16 ★	JOSÉ ANTÔNIO AINES	MORADOR	ALTO BONITO	(98) 98310-8180
17	VALMIR FERREIRA PASSOS	Presid. da Associação da Comunidade São Brown	Comunidade São Brown	(98)

58ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS – (7º Promotor Distrital)

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO	BAIRRO	TELEFONE/E-MAIL
68	Azilete Pereira Reis		Moradouro - Tibiri	91065493
69	Natália Rodrigues	Atuação primária - SGMUS		(98) 982824019
70	Silvia Almeida	Semoipa		989106045
71	Patrícia Batista de Oliveira	Professora - S. Figueira		87011549
72	Fátima Solor	Semus - Voluntário		
73	Leir Carlos Ferreira	Morada do Sol		
74	Renata Paldas	Coordenação Semus - de Ambulatório		981242930
75	Leonissa Ricci	- Coordenação Semus Psicossocial		981124641
76	Augusto Prazeres	Semosp		
77	Adelvinula Reis	AMG comunicação		992269699

58ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS – (7º Promotor Distrital)

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO	BAIRRO	TELEFONE/E-MAIL
78	Antônio Ferreira Vasconcelos		MORANDU	999129102
79	Flavio Foguinho	Subprefeitura		989017665
80	Tássio Piper	Subprefeitura		84751339
81	Clodoaldo Gonçalves ^{Silvia} Dias	Tenente Coronel - 21ª BPM		
82	Fábio de Sousa Oliveira	- U. M. Recanto Verde Instituto		91204689
83	* Carlos Augusto Santos	Associação de moradores	Tinai	(98)99109-7798
84	Claudio Castro	SIND - Educacao		(98) 988016085
85	Sheila Bonololo	SIND		(98) 887650 567079
86	Montenari de Fátima da	Instituto Tinai		
87	* Marcio Arizete dos Santos	Sociedade Cultural do Maracaço		92015021

58ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS – (7º Promotor Distrital)

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO	BAIRRO	TELEFONE/E-MAIL
88	Luis Henrique	Presidente - Federação dos Contadores Roraima		98 9 8197 04 99
89	João Batista Carvalho		Moranga	
90	Maria Luzinete Lisboa	Professora - S.F.		8845 1851
91	Rosana Mesquita	Conselheira Tutelar		
92	Maria Antônio Santo			
93	Fernando César dos Santos	Presid. do U.M. do Jibiri - Complexo		987 36 13 22
94	Ailson Ferreira	Conselheira Tutelar		96 16 36 15
95	Clarice Ferreira	Letivo no		98259 48 90
96	Antônio Roberto	PRF		9848 185 21
97	Rose Ferreira			

58ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS – (7º Promotor Distrital)

Nº	NOME	REPRESENTAÇÃO	BAIRRO	TELEFONE/E-MAIL
98	Maricelma Cristine de Lencastre		Resid. Rostanga	
99	Vanusa Lima		Residencial 2000	
100				
101				
102				
103				
104				
105				
106				
107				